



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

Assis, 20 de novembro de 2017.



## **PROJETO DE LEI Nº 172/2017**

Código: P1221782527/1499

### **Ofício DA nº 464/2017**

Ao Excelentíssimo Senhor  
**VEREADOR VALMIR DIONÍZIO**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Assis  
Assis – SP

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei nº 142/2017

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara Municipal de Assis, o Projeto de Lei nº 142/2017, que solicita autorização para alterar dispositivos da Lei Complementar nº 06, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, acompanhado da respectiva exposição de motivos.

Na oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores protestos de alta consideração.

Atenciosamente,

**JOSÉ APARECIDO FERNANDES**  
Prefeito Municipal



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS** **(Projeto de Lei nº 142/2017)**

Ao Excelentíssimo Senhor  
**VEREADOR VALMIR DIONIZIO**  
DD. Presidente da Egrégia Câmara Municipal de Assis  
Assis - SP

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso projeto de lei que tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Complementar nº 06, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Assis e dá outras providências.

A presente medida se fundamenta, mediante a legislação que rege a matéria, em especial:

- O Artigo 39 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que os entes federativos devem fixar os padrões de vencimentos e dos demais componentes do sistema remuneratório, observando a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.

Disciplina, ainda, a aplicação de recursos orçamentários, a aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público;

- Os Artigos 206, 208 e 212 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem os princípios da educação, a garantia de educação básica gratuita e obrigatória, o percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.

- O Artigo 75 que prevê a ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino, e, seu parágrafo primeiro e segundo que dispõem: “A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino; A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade”.

As alterações propostas, portanto, são necessárias devido ao atendimento das recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que determina a contratação de professor efetivo para o quadro do magistério, em cumprimento ao artigo 37 da Constituição Federal, uma vez que busca reorganizar a educação integral no município.

Encaminhamos, em anexo, o Parecer CME nº 027/2017, em que consta a manifestação favorável do Conselho Municipal da Educação (CME), à presente proposta.

Esclarece-se por fim, que a presente propositura foi concebida sob a forma de projeto de lei ordinária, considerando os termos do artigo 54 da Lei Orgânica do Município de Assis, o qual modificou as matérias que são de competência de Lei Complementar, não caracterizando a presente proposta como tal.

Assim sendo, encaminho por intermédio de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 142/2017, a fim de que seja apreciado e deliberado pelos Senhores Vereadores.

Prefeitura Municipal de Assis, em 20 de novembro de 2017.

**JOSÉ APARECIDO FERNANDES**  
**Prefeito Municipal**



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

## PROJETO DE LEI Nº 142/2017

**Altera dispositivos da Lei Complementar nº 06, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Assis e dá outras providências.**

### **O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:**

Faço saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Os dispositivos da Lei Complementar nº 06, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Assis e dá outras providências, abaixo enumerados, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ .....

**Art.7º-** *Os cargos do Quadro do Magistério Público Municipal compreendem as atribuições dos profissionais da educação que atuam na área de Docência e de Suporte Pedagógico com atuação nas áreas de Coordenação Pedagógica, Assistência Técnica Pedagógica, Vice-Direção Escolar, Direção Escolar e Supervisão de Ensino.*

**§ 1º -** *Os profissionais da Educação atuarão nas seguintes áreas:*

#### **I – Área de Docência:**

##### **a) Na Educação Infantil:**

- 1. Modalidade Creche: com alunos de 0 a 3 anos;*
- 2. Modalidade Pré-Escola: com alunos de 4 a 5 anos;*
- 3. Educação Física;*
- 4. Nas classes de período integral;*
- 5. Nos Projetos Especiais da Pasta;*
- 6. Atendimentos Alternativos*

##### **b) No Ensino Fundamental:**

- 1. Nas salas regulares;*
- 2. Educação Física;*
- 3. Língua Inglesa;*



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

4. *Nas aulas de enriquecimento curricular do período integral;*
5. *Nos Centros de Atendimento Educacional Especializado;*
6. *Atendimentos Alternativos;*
7. *Nos Projetos Especiais da Pasta;*

*c) Na educação de Jovens e Adultos – CICLO I.*

*d) Na Educação Especial:*

1. *Educação Infantil e Ensino Fundamental I;*
2. *Salas de Recursos Multifuncionais;*
3. *Nos Centros de Atendimento Educacional Especializado;*
4. *Atendimentos alternativos;*
5. *Nos Projetos Especiais da Pasta, destinados ao público alvo da Educação Especial;*
6. *Educação Física;*
7. *Inglês.*

*II – Na área de Suporte Pedagógico, segundo os módulos:*

*1 – Ensino Fundamental I;*

- a) *Supervisão de Ensino: Secretaria Municipal da Educação;*
- b) *Diretor de Escola: nas unidades escolares.*
- c) *Diretor de Escola de Desenvolvimento Infantil: nas unidades escolares de Educação Infantil;*
- d) *Vice-Diretor de Escola: Nas unidades escolares;*
- e) *Assistente Técnico Pedagógico: com atuação nas unidades escolares e Secretaria Municipal da Educação;*
- f) *Coordenador Pedagógico: com atuação nas unidades escolares.*

**§ 2º -** *O professor de Educação Especial atuará como suporte em classes comuns, salas de recursos multifuncionais, salas de recursos por deficiência, centros de atendimento educacional especializado, no atendimento alternativo: equoterapia, natação adaptada e nos projetos especiais da pasta específicos para o estudante com*



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

*deficiência, transtorno do Espectro de Autismo/ transtorno do desenvolvimento global e altas habilidades ou superdotação.*

**§ 3º -** *O professor de Educação Básica I e de Educação Básica II das áreas de Educação Física e Inglês poderá atuar no atendimento educacional especializado, desde que possua formação específica e ou experiência na área em conformidade com o artigo 61, parágrafo único da Lei Federal nº 12.014/2009 e alterações, sem prejuízo de vencimentos, demais vantagens e direitos do seu cargo de origem, desde que haja relevante interesse público.*

.....

**Art. 23 –** *Nos afastamentos do Coordenador Pedagógico e do Supervisor de Ensino em período superior a 30 dias, o cargo será atribuído em substituição a titulares de cargo classificados em escala de substituição na Secretaria Municipal da Educação:*

.....

**Art. 27 -** .....

*I - para exercer função de confiança e em comissão na Secretaria Municipal da Educação;*

.....

**Art. 53 -** *A promoção horizontal é a passagem do docente e do suporte pedagógico de educação ao nível imediatamente posterior, dentro da mesma referência e corresponde a evolução acadêmica, de acordo com os critérios de titulação:*

*I- Grau I - corresponde ao salário base devendo obedecer aos requisitos necessários de ingresso no Quadro do Magistério;*

*II- Grau II – formação em nível de Licenciatura Plena;*

*III- Grau III - Formação em nível de especialização lato sensu, em cursos na área de Educação relacionado às licenciaturas, devidamente reconhecidos pelo MEC, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas), interstício mínimo de 03 três anos;*



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

*IV-Grau IV - Formação em nível de mestrado, na área da educação relacionado às licenciaturas, devidamente reconhecido pelo MEC, interstício mínimo de 03 três anos;*

*V- Grau V - Formação em nível de Doutorado, na área da Educação relacionado às licenciaturas, devidamente reconhecido pelo MEC, interstício mínimo de 03 anos.*

**§ 1º -** *Para os docentes os títulos devem apresentar estreita relação com a natureza da modalidade de ensino e da disciplina que atuam e para o quadro do suporte pedagógico estreita relação com a atuação profissional.*

**§2º -** *A promoção horizontal será concedida ao titular de cargo docente e de cargo de suporte pedagógico em efetivo exercício, após dois anos do término do Estágio Probatório, para os profissionais que ingressarem a partir da publicação desta Lei.*

.....  
**Art. 54-** *O valor da remuneração correspondente aos graus da carreira do Magistério Público Municipal, por promoção acadêmica, será obtido pela aplicação dos seguintes coeficientes sobre o valor do vencimento base:*

<b>GRAU</b>	<b>ÍNDICE</b>
<i>I</i>	<i>1,00</i>
<i>II</i>	<i>1,05</i>
<i>III</i>	<i>1,15</i>
<i>IV</i>	<i>1,25</i>
<i>V</i>	<i>1,35</i>

**§ 1º-** *Para a primeira evolução funcional, observado o disposto no §2º do artigo 53 desta Lei.*

**§2º-** *O valor apurado pela aplicação do coeficiente obtido pela evolução acadêmica será incorporado ao salário base para todos os efeitos.*

**§ 3º-** *A Secretaria Municipal de Governo e Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos, apostilará os títulos e fará as devidas anotações nos prontuários dos servidores inclusive, no que*



DEPARTAMENTO DE  
ADMINISTRAÇÃO

# PREFEITURA DE ASSIS

**Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**

*refere ao novo enquadramento, na Tabela de Referências do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, em face da promoção prevista neste Capítulo.*

**Art. 2º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis em 20 de novembro de 2017.

**JOSÉ APARECIDO FERNANDES**  
**Prefeito Municipal**





# CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 1

Lei Municipal nº 5.611 de 03 de fevereiro de 2012

## Processo CME nº 027/2017

**Interessada:** Secretaria Municipal de Educação de Assis

**Assunto:** Análise e Emissão de Parecer sobre o Parecer da Comissão de Legislação Normas e Planejamento sobre o Projeto de Lei que solicita autorização para alterar dispositivos da Lei Complementar nº 06, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

**Relator:** Romeu Fernandes Nardon

**Parecer CME nº 027/2017**

**Data:** 20/11/2017.

### I – Histórico

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, solicitou através do Ofício nº 51/2017/Convênios de 28 de setembro de 2017, a inclusão na Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária deste colegiado a análise e emissão de **PARECER** sobre minuta de Projeto de Lei que solicita autorização para alterar dispositivos da Lei Complementar nº 06, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Na ocasião os membros do conselho deliberaram pelo encaminhamento do Projeto a Comissão de Legislação Normas e Planejamento para estudos e solicitaram que o Poder Executivo, Secretaria Municipal de Educação, consulta aos diretores e professores da rede municipal sobre o tema.

Após os estudos foi convocada a 13ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Educação para apreciação e deliberação sobre a Conclusão da Comissão.

### II – Justificativa

O projeto de Lei tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Complementar nº 06, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Assis e dá outras providências.

A presente medida se fundamenta, mediante a legislação que rege a matéria, em especial:

O Artigo 39 da Constituição Federal de 1988, que estabelece que os entes federativos devem fixar os padrões de vencimentos e dos demais componentes do sistema remuneratório, observando a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos de cada carreira, os requisitos para



# CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2

Lei Municipal nº 5.611 de 03 de fevereiro de 2012

a investidura e as peculiaridades dos cargos.

Disciplina, ainda, a aplicação de recursos orçamentários, a aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público;

Os Artigos 206, 208 e 212 da Constituição Federal de 1988, que estabelecem os princípios da educação, a garantia de educação básica gratuita e obrigatória, o percentual de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Artigo 75 que prevê a ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino, e, seu parágrafo primeiro e segundo que dispõem: "A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino; A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade"

### III – Conclusão da Comissão de Legislação Normas e Planejamento

Este documento faz referencia a Resolução nº 10/2017- Período Integral e as alterações da Lei nº 06/2011 em seus artigos conforme o escopo da Legislação, anexo.

As alterações são necessárias devido ao atendimento das recomendações do Tribunal de Contas, processo 11205/989/17, que orienta a contratação de professor efetivo para o quadro do magistério com o objetivo de diminuição de contratação temporária, em cumprimento ao artigo 37 da Constituição Federal.

Dessa maneira a Resolução 10/2017 organiza a educação integral no município, trazendo para carga horária o professor efetivo, para tanto é necessário a alteração da Lei nº 06/2011, uma vez que não há recursos financeiros para dotações orçamentárias se já imediatamente ao ingresso, houver evolução funcional. Mediante situação financeira, a primeira evolução funcional acontecerá após dois anos, passado o estágio probatório.

Parecer:

A Comissão após estudos e análises é favorável que:

A Resolução nº10/2017, seja implantado nas oito Unidades Escolares de Tempo Integral pela Secretaria Municipal de Educação, respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pela recomendação do Tribunal de contas da União.

As alterações da Lei nº 06/2011, se faz necessária para que a resolução 10/2017 seja implantada trazendo para o quadro do magistério a efetividade e a carreira.

Av. Getúlio Vargas nº 740, Vila Nova Santana – CEP: 19807-130 - Assis-SP  
Sala dos Conselhos - Telefone 3302-4444 – Ramal 4452  
E-mail: cmeducassis@gmail.com





### IV – Apontamentos do Conselho Pleno

Os membros do Conselho Municipal de Educação, na sessão plenária realizada no dia 20 de novembro de 2017, após amplo debate solicitaram a seguinte alteração na minuta do Projeto de Lei:

#### Onde se lê:

- III- Grau III - Formação em nível de especialização lato sensu, em cursos na área de Educação, devidamente reconhecidos pelo MEC, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas), interstício mínimo de 03 três anos;*
- IV- Grau IV - Formação em nível de mestrado, na área da educação, devidamente reconhecido pelo MEC, interstício mínimo de 03 três anos;*
- V- Grau V - Formação em nível de Doutorado, na área da Educação, devidamente reconhecido pelo MEC, interstício mínimo de 03 anos.*

#### Leia-se:

- VI- Grau III - Formação em nível de especialização lato sensu, em cursos na área de Educação relacionado às licenciaturas, devidamente reconhecidos pelo MEC, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta horas), interstício mínimo de 03 três anos;*
- VII- Grau IV - Formação em nível de mestrado, na área da educação relacionado às licenciaturas, devidamente reconhecido pelo MEC, interstício mínimo de 03 três anos;*
- VIII- Grau V - Formação em nível de Doutorado, na área da Educação relacionado às licenciaturas, devidamente reconhecido pelo MEC, interstício mínimo de 03 anos.*

### V - Decisão do Conselho Pleno

O Conselho Municipal de Educação de Assis, de acordo com suas atribuições legais, na ocasião da 13ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, deliberou, por unanimidade, pela emissão de parecer **FAVORÁVEL**, a Minuta do Projeto de Lei que solicita autorização para alterar dispositivos da Lei Complementar nº 06, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

### V-Conselheiros Presentes

**TITULARES:** 1. Daniela Roberto Borges; 2. Dulce de Andrade Araújo; 3. Graziela Cristina de Oliveira Holmo; 4. José Hélio da Silva; 5. Juliângela Sanches de Moraes; 6. Kênia Elizabeth Vaz; 7. Maria Beatriz Alonso do Nascimento; 8. Romeu Fernandes Nardon; 9. Silvia Maria Almeida Mota; 10.

Av. Getúlio Vargas nº 740, Vila Nova Santana – CEP: 19807-130 - Assis-SP  
Sala dos Conselhos - Telefone 3302-4444 – Ramal 4452  
E-mail: cmeducassis@gmail.com



*Assis*



ASSIS-SP

# CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 4

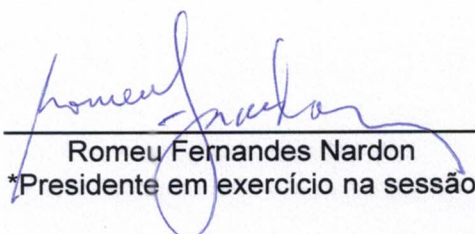
Lei Municipal nº 5.611 de 03 de fevereiro de 2012

Viviane Aparecida Del Massa.

**SUPLENTES:** 1. Flavio Adriano de Souza.

**SUPLENTES NA CONDIÇÃO DE TITULARES:** 1. Marluce Silva Valente; 2. Silvia Cristina Tomilheiro Damasceno.

Assis, 20 de Novembro de 2017.

  
Romeu Fernandes Nardon  
\*Presidente em exercício na sessão

\*Artigo 57 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação "O Presidente será substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo Vice-Presidente e, nos impedimentos deste, pelo Conselheiro mais idoso presente à sessão."



**Parecer da comissão de Legislação, Normas e planejamento do Conselho Municipal de Educação.**

Este documento faz referencia a Resolução nº 10/2017- Período Integral e as alterações da Lei nº 06/2011 em seus artigos conforme o escopo da Legislação, anexo.

As alterações são necessárias devido ao atendimento das recomendações do Tribunal de Contas, processo 11205/989/17, que orienta a contratação de professor efetivo para o quadro do magistério com o objetivo de diminuição de contratação temporária, em cumprimento ao artigo 37 da Constituição Federal.

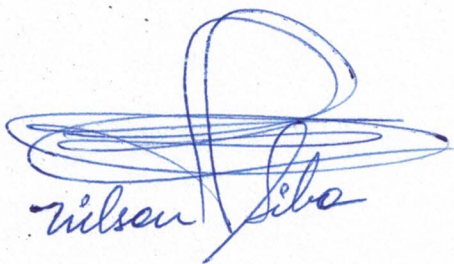
Dessa maneira a Resolução 10/2017 organiza a educação integral no município, trazendo para carga horária o professor efetivo, para tanto é necessário a alteração da Lei nº 06/2011, uma vez que não há recursos financeiros para dotações orçamentárias se já imediatamente ao ingresso, houver evolução funcional. Mediante situação financeira, a primeira evolução funcional acontecerá após dois anos, finalizado o estágio probatório.

Parecer:

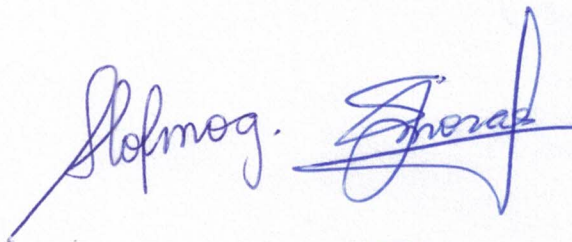
A Comissão após estudos e análises é favorável que:

A resolução nº10/2017, seja implantado nas oito Unidades Escolares de Tempo Integral pela Secretaria Municipal de Educação, respaldado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pela recomendação do Tribunal de contas da União.

As alterações da Lei nº 06/2011, sejam realizadas para que a resolução 10/2017 seja implantada trazendo para o quadro do magistério a efetividade e a carreira.



Handwritten signature in blue ink, appearing to read "Nilson Silva".



Handwritten signature in blue ink, appearing to read "Stéfano Zorzi".



Handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized scribble.

